

Inflação estrutural



O debate sobre o que deveria ser a política econômica do próximo governo continua produzindo esquisitices. Dias atrás, Celso Furtado propôs que perdêssemos o medo da inflação. Um aumento anual de 15% nos preços não seria perigoso. Comentei a declaração neste espaço, em 18/11/2000.

Na semana passada, o presidente da Câmara afirmou que "a estabilidade não pode continuar sendo a prioridade. É uma conquista" (*O Globo*, 2/12/2001). No mesmo dia, um editorial da *Folha de S. Paulo* dizia ser um equívoco supor um contraponto entre conservadores e inflacionistas.

O confronto seria entre "os que defendem o combate estrutural à inflação, alterando a distribuição de renda e a competitividade da economia" e os que conduzem uma política econômica "rentista", que "em nome da inflação baixa apenas fragilizam uma estabilização relativamente bem-sucedida".

A idéia de que a conquista da estabilidade é um dado da realidade não é exclusiva do deputado Aécio Neves. Dela partilham os que atribuem à vontade política e ao destino uma força quase sobrenatural. Sob esse prisma, o desenvolvimento seria uma conquista desperdiçada por incompetência ou intenção de beneficiar banqueiros.

Desde a Antiguidade, aprendeu-se que uma conquista resulta essencialmente de esforços e sacrifícios. Preservá-la é tarefa da qual jamais se deve descurar. Que o digam os egípcios, os romanos, os otomanos e outros povos

conquistadores. A estabilidade da moeda nunca será uma fortaleza inexpugnável e, por isso, é preciso defendê-la sem descanso.

A proposta de combate estrutural à inflação parecia fazer no cemitério das políticas econômicas populistas e catastróficas da América Latina, que produziram desastres sociais e políticos. Nascida na Cepal, a idéia circulou muito por estas plagas nos anos 50 e 60. Julgava-se banida do Brasil, que pagou elevado preço por tê-la seguido algumas vezes. Os estruturalistas diziam que a inflação era causada pela oferta e não pela demanda, como queriam os chamados monetaristas. Combatê-la, via política monetária, geraria sacrifícios desnecessários.

Do fim da Segunda Guerra até os anos 80, essa e outras teorias buscaram explicar a causa básica da inflação. Nos anos 70, esteve em voga a teoria das expectativas racionais, que enfatizava a credibilidade como fonte essencial de combate à inflação, a qual seria derrotada se todos acreditassem que a política monetária a subjugaria.

Há quem identifique a influência dessa teoria na proposta do governo brasileiro de conter a inflação de 1973 em 12%. A nossa indexação gerou a teoria da inflação inercial, em que se basearam os planos de congelamento de preços e salários dos anos 80 e começo da década de 90.

Políticas de renda foram adotadas para enfrentar a inflação nos anos 80 na França, na Espanha e na Itália, via fórmulas legais para reajustar salários. Na mesma década, Ronald Reagan acreditou na "supply side economics" como meio

para vencer a inflação e gerar o desenvolvimento nos EUA, mas a teoria foi desmoralizada por Paul Krugman e outros economistas. Um de seus grandes adeptos era o *The Wall Street Journal*.

Contra tudo isso, a esquerda brasileira via a inflação como efeito do conflito distributivo. Era preciso enfrentá-la mediante negociações de preços e salários. Em economias complexas como a brasileira, a proposta não resistiria ao exame de sua praticidade, mas sobreviveu até o advento do Plano Real.

Mário Henrique Simonsen dizia que o êxito contra a inflação elevada costumava combinar aspectos da demanda e da oferta.

Assinalava que o fim da hiperinflação alemã associou a proibição de emitir moeda, para financiar o déficit público, e a fixação da taxa de câmbio. O sucesso do Plano Real se deveu em grande parte ao engenhoso mecanismo de saída da indexação e à política cambial pós-estabilização. Para Simonsen, certas visões heterodoxas acenam com uma mensagem messiânica: "a possibilidade de combater a inflação sem qualquer sacrifício temporário".

Nossos problemas estruturais podem explicar por que nossa inflação tende a ser mais alta. Jamais serão a causa da alta continuada de preços, a menos que as respectivas pressões sejam acomodadas por uma política monetária "sem medo da inflação", na qual os juros mirariam o crescimento e não a estabilidade de preços.

■ Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: mnobrega@tendencias.inf.br)